

25 DE ABRIL

UMA AVENTURA PARA A DEMOCRACIA

textos

para os alunos

DIRECÇÃO: BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

COORDENAÇÃO: MARIA MANUELA CRUZEIRO

ORGANIZAÇÃO: AUGUSTO JOSÉ MONTEIRO

25



abril



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1974

TÍTULO: 25 DE ABRIL. UMA AVENTURA PARA A DEMOCRACIA. **DIRECÇÃO:** BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. **COORDENAÇÃO:** MARIA MANUELA CRUZEIRO. **ORGANIZAÇÃO/ELABORAÇÃO:** AUGUSTO JOSÉ MONTEIRO, JOANA SOUSA RIBEIRO, MARIA ELIANA TEIXEIRA, MARIA ISABEL LEMOS E MARIA MANUELA CRUZEIRO. **EDIÇÃO:** CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **SBN:** 972-95029-4-3. **DEPÓSITO LEGAL:** 150245/00. **Nº DE EXEMPLARES:** 1500. **EXECU-**

Textos seleccionados:

- Novas do 25 de Abril - Augusto José Monteiro
- História de uma flor - Matilde Rosa Araújo
- Da noite para o dia... - Inês Pedrosa
- 25 de Abril: uma dúzia de direitos - «Forum Justiça e Liberdades»

Novas do 25 de Abril

Carta escrita na máquina de escrever que não tinha uma letra...

por Fernando Maia, de 16 anos de idade, natural de Braga, onde frequentava o 5º ano do liceu - 9º ano dos nossos dias -, a seu primo, Bernardo Maia (de 17 anos), filho de emigrantes portugueses, que vivia em Paris.

Braga, 27/ 04 /1974

Caro Bernardo:

Não posso escrever o nome do mês que corre, nem te posso tratar pelo grau de parentesco que nos une, porque me falta uma letra fundamental para quem escreve. Logo por azar é uma vogal que entra em grande parte das palavras. A tecla está mesmo encravada e, apesar dos meus esforços, não sou capaz de a recuperar.

Devo, contudo, confessar que é tão grande a pressa em escrever-te, que é tão grande o meu contentamento, não obstante alguma apreensão, que são tão fortes as emoções, que não posso aguardar por amanhã. De facto, não é péra doce escrever sem essa tal letra! Provavelmente, esperto como és, já percebeste de que letra se trata...

Está também em jogo, fundamentalmente, uma aposta com o avô.

- Quase de certeza que não consegues escrever um texto decente sem essa vogal.
- Quer apostar, avô?
- Aposto... - respondeu o avô.
- Está apostado. Verá que sou capaz e que vamos ter obra apurada...

Não sossego enquanto não te contar o que se passa em Portugal. Não me contenho sem te descrever o que os nossos olhos vêem e as nossas almas sentem. Não podemos guardar só para nós o que nesta nossa terra está a acontecer. Com certeza, quando esta receberes, já saberes o que se passou, porque, nos tempos de hoje, novas destas depressa dão volta ao mundo. (Compreenderás, então, melhor tudo o que te conto...) Mas este é o relato do teu parente. Hás-de concordar que sempre tem outro sabor...

A 25, deste quarto mês, aconteceu um golpe de estado (como lhe chamaram) levado a cabo por alguns elementos das forças armadas. Hoje, a 27, já parece mesmo uma revolução. É o que as pessoas sentem...

Os chefes da revolta são jovens das forças armadas, quase todos detentores de uma patente que não posso nomear, porque não tenho a malfadada vogal. São jovens que desejam a mudança. São jovens que - por boas razões - se juntaram para pôr termo ao proclamado «Estado Novo». São jovens desejosos de acabar com a opressão e com o medo...

Planearam a acção em grande segredo... Nem a DGS, nem as censuras, que tudo pensavam controlar, deram conta do que se estava a passar. Convenceram e prepararam as tropas que trouxeram para a sua luta... e, dos lugares onde estavam aquarteladas (de Norte a Sul), avançaram sobre a nossa grande urbe. (Não a posso nomear, mas tu já estás a ver de que urbe se trata). Os valentes revoltosos, pela sua acção, surpreenderam tudo e todos. Um desenlace

postos-chave. As forças afectas ao governo foram apanhadas de surpresa. Os homens que as compunham permaneceram acobardados. Chegou-lhes a vez de ter medo, a eles que tanto medo meteram. O golpe fora mesmo bem preparado... Os governantes – entre eles Marcelo e Tomás – já estão postos em sossego. Quase não apareceu quem os defendesse. Estavam sós e desacompanhados.

Os homens do MFA, se bem pensaram as acções, melhor as executaram. Quase tudo se consumou na alvorada de 25! De um momento para o outro acabaram com o Estado Novo. «Esboroou-se com uns safanões» – como faz questão de comentar o avô. Que alvorada aquela, Santo Deus! Que esplendorosa alvorada! É assombroso o que devemos a esses homens sem medo. A alvorada por que esperávamos. A alvorada serena, com o povo a ordenar... Parece estar prestes a acabar «esta doença de chão que nos verga as costas» – como o nosso avô costumava falar – que nos vem atacando há tanto tempo.

É pá, que grande festa! Que desmesuradas emoções! É outra nação... Soldados nas ruas, pessoas a saudarem os soldados. Povo e tropa – um só desejo. Cravos ofertados aos soldados, cravos nas bocas das metralhadoras – armas transformadas em vasos. Cravos que parecem florescer nas armas, mas que lá foram colocados por mãos gratas. Populares sobem para os carros de assalto, os tanques transformados em cachos humanos. As armas de guerra são, agora, armas de paz. Soldados sem sono, já cansados, mas alegres, celebrados a cada momento. Abraços trocados entre os que se conhecem e os que não se conhecem. Um povo de braço dado pelas ruas. Um encontro que parece não acabar. Todos juntos. Sem medo. Cravos nas mãos, cravos nas lapelas, cravos que se dão e que se recebem. Que dão cor à festa. Cravos no coração... Cravos vermelhos, sem número, da cor do sangue que (quase) não chegou a correr. (Há que lamentar, contudo, a morte de quatro pessoas, provocada pelos agentes da DGS). Já lhe chamam – e bem – a «revolução dos cravos».

Um grande mar de festa. (Que tem contado mesmo com a presença de alguns carrascos que, sem o merecerem, se juntaram aos festejos). Cortadas as amarras, mulheres e homens, jovens e menos jovens – corações contentes, rostos alegres – ocupam as praças e as ruas. Um encantamento. Anda-se numa azáfama. Não há descanso, nem parança. As pessoas reúnem-se a todo o momento. Falam, fazem projectos, devoram as novas que não cessam de aumentar. Entram-nos em casa, pela TV, a toda a hora, esses belos momentos humanos.

«Descensuradas» a palavra e a voz, arrancadas as mordanças, parece ter acabado o «Portugal amordaçado». Reaprendemos as palavras. «Acabou a mudez», como quer o avô. Recuperámos o dom da fala. Somos um povo bêbedo de palavras e de gestos, recentemente descobertos... Escreve-se e desenha-se nas paredes. As palavras, que não se podem conter, extravazam para os muros. Os muros também falam...

Palavras de ordem contra os opressores. Palavras de ordem para celebrar o MFA... Palavras de ordem que cantam e saúdam o futuro, soltas por gargantas já roucas. Canta-se, em todo o lado, a «Grândola» do grande Zeca Afonso. (Uma das canções que os rebeldes usaram, como senha, para a arrancada). Tão celebrada e tão cantada que é já o canto da Revolução.

Não dá para contar tudo o que está a acontecer. Porque não tenho talento para tal... e porque me falta a tal letra que é fundamental para escrever algumas das espantosas palavras que, a cada momento, escutamos. Palavras que nos encantam e que têm um valor assom-

É o extremo da festa que se pode fazer. É como se ardéssemos por dentro. Nem todas as cores do arco-da-velha chegam para descrever esta nação que era monocolor.

A esperança renasceu. Voltou. É grande como os mares que navegámos, grande como os mundos por que nos aventurámos. Bela como as searas de cereal maduro e dourado. (Noto que, com a emoção, me estou a tornar poeta!). Tem-se a sensação de que estamos a começar uma nova aventura. Embarcados, navegamos ao sabor de ventos novos... Rotas que nos atraem, sem sabermos ao certo para onde vamos, mas com a secreta esperança de que a aventura há-de valer a pena.

Olhamo-nos uns aos outros. De frente. Olhos nos olhos. Alguém escreveu: «Sem medo do escuro / A frente de frente para o futuro». E um aldeão transmontano, da terra do avô, declarou, na TV, com palavras rudes, mas francas e esperançadas: «vamos lá ver se, desta vez, nos toca alguma cousa, por bem pouco que seja. Já não é sem tempo. Basta de sermos burros mansos puxados pela arreata! Estamos fartos de ser albardados!»

A revolução está em marcha. São outros os tempos! Tempos tão mudados e tão outros! O que mudou em tão pouco tempo! Parece que, segundo julgamos, para melhor... Que, para mau, já bastava o que estava!

Celebra-se esta nossa revolução – tão desejada e tão surpreendente, chegada em pés de rola – que, segundo se pensa, nos trará a paz e outras benesses que não te posso relatar. Até agora uma revolução tolerante. (Faço votos para que vá por este andar. Como acentua o avô: «pode-se perdoar, mas sem esquecer»). As reacções que chegam lá de fora dão o seu aval à revolução e já houve algumas nações que reconheceram a Junta de Salvação nomeada pelos sublevados.

O nosso velho professor de português – que sempre se opôs a Salazar e a Marcelo –, hoje, a 27, já a revolução era uma certeza, pôs uma gravata vermelha e um cravo na lapela. Logo que entrou na sala de aula, após ter dado um cravo a cada um de nós, soltou esta fala para a turma:

«Já não esperava ver o que estou a ver. Segundo penso, posso morrer descansado. Parece que o futuro acaba de nos bater à porta. Nem tudo será bom, nem tudo estará bem... mas os problemas com que nos vamos defrontar não-de ser ultrapassados. Estou orgulhoso. Por quem fez a revolução e pela resposta que o povo soube dar. Agora, há que saber andar... Faço votos para que os três “Dês” do programa do MFA não sejam letra-morta. São tão urgentes como pão para a boca! Convém não esquecer que, para afastar os que nos governavam e desgovernavam, as armas desceram à rua pelas mãos dos soldados. Fomos capazes de recuperar, sem derramamento de sangue, o que durante tanto tempo nos negaram. É a prova de que estávamos preparados. Vamos poder pensar sem medo, falar sem medo, escrever sem medo. Graças à acção desse punhado de homens valentes, que mal conhecemos, podemos voltar a sonhar. Que os opressores não voltem, que os carrascos se apaguem. Acabará, provavelmente, a guerra. A paz voltará... Outras nações, cujos povos não se cansam de lutar contra a opressão, vão nascer. Parece chegada a altura de descansarmos os pés vagabundos, cansados de calcorrear mundos, através dos séculos... e de transformarmos este nosso espaço, no extremo da Europa, na nossa casa onde haja lugar para todos. Basta de sermos um “novo organismo” só»

mos portugueses, voltaremos a ser um povo de cabeça levantada. Vamos ver se, desta vez, somos capazes de ultrapassar atrasos profundos e de acertar o passo pelas nações avançadas do mundo».

Traduzo o melhor que posso a conversa que teve connosco. E, após ter evocado os que não puderam estar na festa, por terem tombado na luta contra os opressores, falou do valor de tudo o que nos acabara de ser dado (e que só poderá ser realmente contado por palavras que não posso escrever). Acabou com uns versos: «camponês, há estrelas que não vês, mas há-de vê-las...»

Embora não entenda completamente o que se está a passar, é este o meu testemunho. Uma narração de quem sente emoções fortes, que não consegue descrever. Um relato de quem está esperançado num futuro melhor que a «revolução dos cravos» nos há-de trazer. (Vamos ter o que tantas nações – como, por exemplo, a «tua França» – já têm). Escrevo-te com palavras contentes, porque os tempos que correm, nesta nossa terra, são tempos de encantamento e de sonho. (Oxalá que sempre durem...) A revolução está na rua. Nasceu há pouco, mas parece que tem forças para andar. Agora é tempo de celebrar. É tempo de festa.

Espero encontrar-te brevemente para melhor te contar tudo o que está a ocorrer. A narração já se alonga... Com frases “penteadas”, o melhor que pude e soube, é este o relato que tenho para te oferecer. Acho que valeu a pena. Possas tu chegar à mesma conclusão...

Escreve na volta, para contares o que em França se pensa da revolução portuguesa.

O avô e todos os nossos desejam-te saúde e sorte. Abraços para todos os parentes que estão por essas terras de França.

Do teu,

Fernando.

P. S.: Chegou a altura de mostrar a produção ao avô.

Leu atentamente e mostrou-se contente:

Reconheço que passaste no exame. Trata-se de um bom relato. Belo esforço! Tenho de confessar que ganhaste a aposta...

– Ó avô, agora reparo que, apesar de tudo, nem me fez grande falta a tal letra. Se me faltasse o **a** é que era, com certeza, o cabo dos trabalhos!

Agora, que o avô já leu, posso fazer um pouco de batota...(Basta que acrescentes a letra em falta...)

Os pr_nc_ pa_s responsáve_s pelo Mov_ mento das Forças Armadas (MFA), que tão bem prepararam a sublevação – e que, como calculas, não fo_ fác_l, porque mu_to arr_scaram – são jovens cap_tães.

Os três “Dês”, de que tanto se fala, que constam do programa do MFA, são o D de Democrat_ zar, o D de Descolon_ zar e o D de Desenvolver.

Somos um povo L_VRE! Já não era sem tempo!... V_VA A L_BERDADE! (Estava mesmo mort_nho por escrever estas palavras...). QUE D_AS ESTES!

Atá breve

História de uma Flor

Era uma vez uma flor.

Tanta flor que pode ter uma história, *era uma vez...* seja na Primavera, seja no próprio Inverno.

Mas esta flor era uma vez num canto escuro da terra sem Sol que lhe desse cor, sem um olhar que a tocasse, sem as mãos do vento que a fizessem estremecer.

Vivia num canto escuro perto de uma lagoa de sapos, entaipada. Nem o vento ou a vida a estremecia.

Era uma vez, mesmo uma vez, toda a sua vida de sombra.

Na escuridão os sapos fitavam na flor os seus olhos muito redondos e feios mas cheios do desejo de a olhar, como se lhe dissessem deslumbrados:

– És pobre, prisioneira da sombra e és bela!

E a flor continuava escondida como num lençol de trevas sepultada.

As suas raízes agarravam-se à terra, frágeis, recebendo a humidade.

O caule tentava erguer-se na posição vertical, à procura do sol que não chegava nunca.

E as pétalas que não tinham nenhuma das cores do arco-íris, porque o Sol nunca as tocara – iam-se abrindo, pálidas, devagarinho. [...]

E o Sol, um dia, apareceu pela madrugada, mesmo sobre a noite.

Nasceu mais cedo do que nunca, nem sabemos como podia ter nascido assim quando a Terra se movia exactamente como nos outros dias.

E veio de madrugada misturado com música tão mansa que as sombras se haviam esquecido de tapar a flor – a flor escondida de pétalas sem as cores do arco-íris, sem folhas verdes, de caule mal erguido.

E os sapos abriram mais seus grandes olhos com o musgo da solidão e o desejo verde de amar.

– És bela! És bela – gritaram.

Os sapos mal amados, também mal amados como a flor, os sapos que trabalham na terra sem quererem nenhum bem em troca.

– És bela! És bela! – repetiam.

E a flor tornou-se rubra de Sol, franjada do amor que os sapos lhe diziam.

Rubra e trémula, o caule mais vertical, as raízes agarradas mais à terra.

– Que nos dizes, flor? – perguntaram os sapos.

– O que vos digo? – e a flor, vermelha, percebeu que além de poder ter cor também podia falar, ter voz.

– Que nos dizes, flor? – perguntaram os sapos.

– O que vos digo? – e a flor vermelha, de folhas verdes e caule erguido, raízes agarradas à terra, respondeu:

– O que vos digo? Sou vossa amiga, tanto! Acompanharam-me enquanto eu tinha fome de Sol, com o vosso olhar tão bom, tão fraterno. Ajudaram-me a não morrer.

E disseram-lhe:

– Obrigados, também. Tu foste a nossa esperança. Vivíamos aqui sós com o sangue da noite na nossa pele e com o verde dos limos nas águas paradas.

E a flor sorriu abrindo o vermelho nítido das pétalas, o verde nítido das folhas – que as flores também podem sorrir.

E então, viu-se uma criança, que caminhava pela madrugada. Sobre a Terra que o Sol ia tocando. Vinha descalça com a música dos passos mansos dos pés descalços.

E olhou a flor.

– É tão linda! Vou levá-la a minha mãe!

A flor vermelha, desde que tivera a cor que o Sol lhe havia dado, começara breve a vida, a sua verdadeira vida ligada à terra.

E em vida sorriu. Vida breve de flor que em breve iria morrer.

Mas continuaria.

A amizade dos sapos, a mão do menino que a queria levar à mãe – tudo era muito.

Os próprios sapos lhe disseram:

– Vai... Depois nos encontraremos... Seremos homens ou cavalos alados...

Ela, apesar de tudo, vivera porque esperara – tanto! – o Sol, com o amor irmão dos sapos.

E se deixara cortar para viva continuar.

Pela mão de uma criança, filha dos homens, separou-se da Terra, partiu.

A mãe recebeu a flor da mão do filho e sorriu:

– Sabes que esta flor tem milhões de irmãos? – perguntou-lhe.

– Ela vivia tão só, no charco dos sapos... observou a criança. Onde estão eles, os irmãos?

– Vem ver...

E a mãe deu-lhe a mão direita muito suave e segura enquanto a esquerda prendia a flor.

E ambos caminhavam pelas ruas.

Nas ruas havia flores vermelhas por toda a parte. No peito das mulheres, dos homens, nos olhos das crianças, nos canos silenciosos das espingardas.

Nem era uma guerra, nem uma festa. Era o mundo de coração aberto.

O menino, espantado, olhava tudo e todos, e sua mãe.

O menino que fugira pela madrugada diferente para encontrar a flor solitária.

E viu que a mãe chorava.

De alegria.

E com sua mão de seda pura limpou-lhe as lágrimas transparentes.

Ambos haviam entendido a alegria única das flores cortadas. No peito de toda a gente.

E continuaram a caminhar pelas ruas húmidas de alegria. Rios livres a correrem para o mar.

Numa esquina encontraram o pai, com uma flor ao peito.

Abraçaram-se os três, sorrindo.

Como se abraçassem o mundo inteiro.

E continuaram a caminhar.

Da noite para o dia...

«Com as portas que Abril abriu» passámos a poder fazer e dizer muitas coisas que antes nos eram vedadas. Que antes eram proibidas. Coisas tantas e tão diversas, tão grandes e tão pequenas! Coisas tão importantes!

Inês Pedrosa, num belo texto, escrito 15 anos depois da revolução, intitulado «**A nossa sorte**» fala do antes e do depois. Do muito que mudou. Fá-lo como não seríamos capazes de o fazer. Por isso aqui to damos a conhecer (em grande parte).

Começa assim (com um destaque): «Quase ninguém se quer lembrar, mas dantes não podíamos fazer muitas coisas que agora fazemos sem pensar duas vezes. Pois é, o 25 de Abril trouxe regras mais bonitas. E podemos contestá-las».

E depois, referindo-se ao que trouxe de novo, escreve:

«Naquele dia, os meninos que ainda eram pequenos ficaram com o coração muito maior. Olhavam para dentro dos olhos das pessoas crescidas e esses olhos tinham coisas bonitas escritas.

“*Não tenhas medo! Já não precisas de fugir!*” Foi isto o que os meninos leram, mesmo que ainda não soubessem ler. Os meninos desse dia ainda se chamam hoje meninos. Não matam ninguém nem andam a fugir à morte numa selva escura e perigosa. Conhecem da amizade o lado voluntário. Escolhem os amigos pelos gostos e desgostos comuns e não pelos limites da próxima morte.

Naquele dia, os meninos ganharam o direito de escolher. E as meninas também. Parece tão natural que as mulheres tenham exactamente os mesmos direitos que os homens, não parece? Mas antes do 25 de Abril o Código Civil dizia: «*a administração dos bens do casal, incluindo os próprios da mulher e os bens dotais [bens que a mulher traz ao matrimónio], pertence ao marido, como chefe de família*». E era ao pai chefe de família que competia «*providenciar acerca dos alimentos devidos ao filho e orientar a sua instrução e educação*», «*autorizá-lo*», «*prestar-lhe assistência moral*», e todas as outras coisas importantes. À mãe competia-lhe ficar o resto da vida a descansar do duro trabalho de parto que, como se sabe, devasta a massa cinzenta. Assim, o seu poder maternal ficava reduzido a «*ser ouvida*» e a «*velar*». Nenhuma mãe de família podia sair do País com os filhos sem uma autorização escrita do marido e pai. Mesmo que fosse só de Vila Real de Santo António a Ayamonte, para comprar uns caramelos ou um *abat-jour* em forma de sevilhana. Se uma esposa abrisse a correspondência do marido, podia ser condenada até um ano de prisão. Se o marido abrisse a correspondência da esposa, não fazia senão o seu dever de guardião atento.

Todas as futilidades estavam previstas na lei. Um beijinho no jardim podia ser considerado «*ultraje público ao pudor*». E às vezes era. Aliás, o conceito de ultraje público era bastante alargado: se os actos despudorados fossem praticados em casas particulares mas alguém soubesse (a porteira, o vizinho, o guarda-nocturno) tornavam-se imediatamente públicos e passíveis de punição (prisão até seis meses...). Hoje, a lei só pune o «*escândalo que ofenda gravemente o sentido de pudor ou de moralidade sexual*». [...] Hoje parece-nos impossível que a liberdade não seja natural. Nem pensamos nisso. Dizemos «*apetece-me dar-te um beijo*», e damos. Mas foi só

Ora leiam o Código Penal: «*O adultério da mulher será punido com prisão de dois a oito anos*» (artigo 401). «*O homem casado, que tiver manceba teúda e manteúda na casa conjugal, será condenado na multa de três meses a três anos*» (art. 404). Portanto, entre o adultério masculino e o adultério feminino surgem duas pequenas diferenças. Primeiro: para o homem ter o privilégio de ser considerado adúltero, tem que levar a amante para o lar e sustentá-la. À mulher, basta-lhe adulterar, onde quer que seja, sem gastos de maior. Segundo: ela vai presa, ele paga uma multa. E se o marido enganado pegar numa caçadeira e liquidar o flagrante adúltero de sua esposa? É condenado a desterro para fora da comarca por seis meses. A mulher só pode permitir-se semelhante acesso de ira para com as tais «concupinas teúdas e manteúdas na casa conjugal». Se a concubina for ocasional e exterior ao lar, a esposa não tem voto na matéria. Claro que a pode matar, mas na pura qualidade de homicida. Agora respirem fundo: este Código Penal era o anterior ao 25 de Abril. Este mundo desigual e trágico acabou há 15 anos.

Era um mundo que considerava um envenenamento não consumado mais grave que um homicídio consumado. Porquê? Porque o envenenamento era considerado um crime feminino em virtude da sua «*especial perversidade*». O medo que eles nos tinham, coitadinhos.

Agora, não há filhos ilegítimos. Pode-se viver com alguém sem casamento. As mulheres podem ter a profissão que quiserem ter e os homens também. Se um rapaz de 18 anos e uma rapariga de dezassete tiverem relações sexuais ninguém vai mandar o moço para a prisão sob a acusação de «*estuprador*». Ninguém tem que assinar papéis a dizer que não é comunista e toda a gente se pode reunir onde quiser. Ninguém pode ficar sem direitos políticos. Todos podemos fazer greve. Ninguém pode ser despedido nem despejado sem ter feito nada de grave. Parecem banalidades? No dia 24 de Abril de 1974 tudo isto era impensável.

Hoje temos tantos direitos que nem queremos saber deles. [...] Pois é: a liberdade dá trabalho. Estamos a tempo de descobrir os direitos que temos. A 24 de Abril é que não valia a pena descobrir muito. Nem se podia. (Inês Pedrosa in *O Independente*, 21/04/ 89).

Agora, parece-nos «impossível que a liberdade não seja natural». Nem pensamos nisso. Não pensamos nos tempos do «antes» em que não «era natural». Não pensamos no tempo que levou a chegar. Não pensamos no que custou a conquistar. Mas, como diz Inês Pedrosa, «a liberdade dá trabalho. Estamos a tempo de descobrir os direitos que temos». E de lutar por eles. Para os conquistar. Para que Abril valha a pena.

25 de Abril: uma dúzia de direitos

25 anos depois, os preceitos “legais” da ditadura afiguram-se inconcebíveis. Uma comparação com os dias de hoje, em matéria de direitos, garantias e liberdades.

25 de Abril. **Antes e depois.** Como era e como é. As leis que existiam e as que existem.

Temos de começar por dizer que nem todas as leis do “antes” se cumpriam, em especial aquelas que eram, em princípio e teoricamente, mais favoráveis aos cidadãos.

“Antes”, mesmo algumas práticas, que não eram consideradas legais pelo governo, tornaram-se habituais, como, por exemplo, os maus tratos e as torturas de que eram vítimas os presos políticos. A polícia política – PIDE/DGS – actuava, muitas vezes, à margem das próprias leis da ditadura, ao perseguir e torturar oposicionistas e resistentes.

Outras práticas, injustificáveis e incompreensíveis nos nossos dias, eram legais. Era o caso, por exemplo, da aplicação das chamadas “medidas de segurança”, que permitia manter cidadãos na prisão durante anos, depois de cumprida a pena. Era o caso da Censura que, com Marcelo Caetano, se passou a chamar “Exame Prévio”.

Um dos principais problemas do “antes” residia na «ilegitimidade» das leis promulgadas sem democracia, sem eleições livres, sem parlamento e sem tribunais independentes.

A Constituição de 1933, lei fundamental do Estado Novo, consagrava, em princípio, vários direitos dos cidadãos (artº 8º): “a liberdade de expressão e de pensamento, a inviolabilidade do domicílio e o sigilo da correspondência”. Mas a própria Constituição estabelecia (artº 20) que a aplicação de tais direitos e garantias seria regulamentada por leis especiais. Leis que, logo de seguida, foram postas em prática e que muito vieram limitar o exercício desses direitos fundamentais. (Acrece, ainda, que a maior parte das leis era feita pelo Governo).

“Antes” vivíamos em ditadura, após o 25 de Abril passamos a viver em democracia.

“Antes” a Constituição que existia era letra morta. A Nação era governada com auxílio do partido único, das censuras, da polícia política. Em nome da “segurança do Estado” cometiam-se enormes arbitrariedades e autênticos crimes.

Agora, abolida a censura, extinta a polícia política e autorizados os partidos, temos uma Constituição (1976), lei fundamental do país – onde estão consagrados os direitos e deveres dos cidadãos e definida a organização do poder (central e local) –, que é para ser cumprida e respeitada.

A 1 de Janeiro de 1986 passámos a fazer parte da “União Económica Europeia” (hoje “União Europeia”).

1. Liberdade de expressão

ANTES - Era proibida a expressão de opiniões contra o governo e contra o que este entendia como “bons costumes”. A Censura passava a “pente fino” tudo o que se escrevia para os jornais. Só se publicava o que a Censura autorizava. Outras publicações consideradas subversivas eram apreendidas.

O cinema, a rádio, a televisão e todos os espectáculos eram rigorosamente vigiados e controlados.

DEPOIS - As leis conferem a todos os cidadãos o direito de se exprimir livremente, de divulgar o seu pensamento, de informar e de ser informados, sem impedimentos.

2. Direito de voto

ANTES - O direito de voto conheceu várias limitações ao longo dos anos. Até ao fim da década de sessenta, o direito de voto era muito restrito: só podiam votar os chefes de família (excluía-se as mulheres e os filhos maiores que viviam com os pais); só podiam votar pessoas com um grau de instrução mínimo e proprietários (ficavam de fora os analfabetos e as pessoas com poucas posses). Devido à maneira como se organizava o recenseamento, acabavam por ser excluídos, administrativamente, dos cadernos eleitorais, muitos dos opositores ao regime. As assembleias de voto e as urnas eram controladas e manipuladas. A pouca liberdade que era concedida, nos períodos eleitorais, não permitia que a oposição se organizasse devidamente. As eleições eram uma farsa e uma burla.

DEPOIS - O direito de voto é universal: qualquer cidadão maior de 18 anos o pode exercer. Todos os processos de recenseamento, votação e escrutínio são públicos.

3. Liberdade de associação

ANTES - O direito de constituir associações era profundamente limitado. Todas as associações – mesmo as de carácter cultural, social e profissional – dependiam da autorização do Governo.

Os partidos políticos – com excepção do “partido governamental”: UN (União Nacional), depois ANP (Acção Nacional Popular) – estavam proibidos. A oposição só se podia organizar, com muitas e evidentes dificuldades, por altura das eleições.

No caso dos Sindicatos, as direcções, quando eleitas, necessitavam de aprovação governamental.

DEPOIS - Não existem limites, a não ser processuais, à constituição de associações. (São, contudo, proibidas as de ideologia fascista e os partidos políticos de âmbito regional).

4. Liberdade de reunião e de manifestação.

ANTES - Todas as reuniões e manifestações públicas tinham de ser autorizadas pelo Governo e eram vigiadas pela polícia política. Era proibida a realização de reuniões e manifestações que visassem divulgar opiniões contrárias às do Governo.

DEPOIS - O direito de reunião é garantido, sem necessidade de autorização. Os direitos de manifestação pública são reconhecidos (estando apenas dependentes de informação prévia).

5. Liberdade de circulação

ANTES - A obtenção de passaporte não era um direito dos cidadãos. Dependia da vontade discricionária das autoridades e, eventualmente, do parecer da polícia política. A obtenção de passaporte por mulheres casadas dependia, até ao fim dos anos sessenta, da autoriza-

DEPOIS - A obtenção de passaporte e a liberdade de circulação são direitos inalienáveis¹ dos cidadãos.

Hoje, qualquer cidadão pode circular livremente nos países da “União Europeia” (basta para tal que seja portador do cartão de identidade nacional).

6. Direito à greve

ANTES - A greve era sempre, e em qualquer caso, considerada crime.

DEPOIS - O direito à greve é garantido.

7. Acesso à função pública

ANTES - O acesso à função pública era condicionado pela assinatura de uma declaração de submissão ao regime e dependia de um parecer favorável da polícia política.

DEPOIS - Por lei, o acesso à função pública não está dependente de critérios políticos.

8. Investigação policial

ANTES - A denúncia pelos informadores era um dos métodos frequentemente usado. Além disso, a polícia política recorria, sem qualquer mandado judicial, à escuta telefónica, à violação de correspondência, às buscas domiciliárias, à vigilância da vida privada e até mesmo a processos desumanos de interrogatório.

DEPOIS - Todas estas práticas e todos estes métodos são banidos por lei. Apenas se autorizam a escuta telefónica e a violação de correspondência, em casos muito especiais (necessitando, mesmo assim, de mandado judicial fundamentado).

9. Medidas de segurança

ANTES - Terminado o cumprimento de uma pena por “actividades políticas”, a lei permitia que um juiz, sob parecer da polícia, mantivesse o condenado na prisão, sem novo julgamento, por períodos de seis meses a três anos. Eram as temidas “medidas de segurança”.

DEPOIS - As medidas de segurança só podem ser aplicadas, por decisão judicial, a inimputáveis² perigosos por grave anomalia psíquica, com base em parecer emitido por junta médica.

10. Inviolabilidade³ do domicílio

ANTES - A lei permitia que a polícia política efectuasse, sem qualquer mandado judicial, buscas ao domicílio, em qualquer altura.

DEPOIS - As buscas ao domicílio só podem ser ordenadas por um juiz, com motivos fundamentados (e só se podem realizar durante o dia).

11. Tribunais Plenários

ANTES - Havia dois tribunais especiais (em Lisboa e no Porto), tribunais plenários, com juizes nomeados pelo ministro da Justiça, com a exclusiva função de julgar crimes políticos e

DEPOIS - Não há tribunais plenários, nem crimes políticos.

12. Independência dos juízes

ANTES - Os juízes eram nomeados, promovidos e demitidos pelo ministro da Justiça.

DEPOIS - Os juízes são independentes do poder político, sendo nomeados pelo Conselho Superior de Magistratura.

«25 de Abril: uma dúzia de direitos», in *Expresso*, 23/4/94, p.10. (Seleccionados pelo «Forum Justiça e Liberdades») [Texto adaptado].

1. Inalienáveis: que não se podem separar; próprios; que não podem ser transmitidos a outrem.
2. Inimputáveis: pessoas a quem não se pode atribuir a responsabilidade pelos seus actos.
3. Inviolabilidade: qualidade de inviolável (que não pode ser devassado; “sagrado”).